

Fracassam negociações para comparecimento do ministro à comissão ainda neste mês e Efraim decide colocar requerimento em votação

CPI pode votar hoje convocação de Palocci

Jornalista diz que denunciou a Lula esquema em Santo André

Relatório estima em R\$ 730 mi as perdas dos fundos de pensão

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tentou adiar para o início do próximo ano seu comparecimento à CPI dos Bingos, na condição de

convidado. Como parte dos senadores da CPI insiste no depoimento do ministro ainda este mês, não se chegou a um acordo. O presidente

da comissão, Efraim Moraes, anunciou para hoje a votação do requerimento que convoca o ministro a prestar esclarecimento sobre

supostas irregularidades em sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto (SP). Ontem, a CPI dos Bingos ouviu o depoimento da jornalista

Mara Gabrilli, segundo a qual o presidente Lula teria sido alertado da existência de corrupção em Santo André (SP). **Páginas 4 e 5**



Ao lado de Efraim, Garibaldi e Magno Malta, Mara Gabrilli (foto à esquerda) fala à CPI dos Bingos. Na CPI dos Correios, ACM Neto (entre Ideli e Serraglio) divulga relatório sobre operações dos fundos de pensão

Computador no ensino básico deve ter mais recursos

A Comissão de Educação aprovou ontem proposta que aumenta de 18% para 30% a parcela do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) a ser usada na informatização de estabelecimentos da educação básica. "Sem computador, uma escola de hoje é igual a uma escola de anos atrás sem quadro-negro", disse o relator da proposta, Cristovam Buarque. A matéria segue agora para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, onde terá votação terminativa. **Página 7**



CDs e DVDs piratas são amontoados em frente à rampa do Congresso

Destruídos 500 mil CDs e DVDs piratas

Um trator com rolo compressor destruiu 500 mil CDs e DVDs falsificados, recolhidos em todo o país em operações policiais. Organizado por entidades de combate à pirataria, o ato realizado em frente à rampa do Congresso teve o objetivo de alertar para o problema. **Página 8**

Comissão quer ouvir Marta Suplicy

A Comissão de Assuntos Econômicos ofereceu nova oportunidade para que a ex-prefeita Marta Suplicy, de São Paulo, apresente pessoalmente esclarecimentos sobre aditivos a contrato realizado em sua gestão, relativo ao Programa Nacional de Iluminação Pública (Reluz). **Página 7**

Ministro defende flexibilização de vistos

A burocracia na expedição de vistos dificulta o ingresso de turistas estrangeiros no país. O ponto de vista foi defendido pelo ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado. Segundo ele, o país fica impedido de gerar milhares de postos de trabalho. **Página 3**



Mares Guia (E) fala à CDR, presidida por Tasso Jereissati

Proposta da senadora visa garantir continuidade de política social, independentemente das mudanças de governo

Assunção Costa



Eduardo Suplicy e Lúcia Vânia (C) participaram ontem de seminário na Câmara

Lúcia Vânia defende responsabilidade social

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) defenderam ontem, em seminário na Câmara dos Deputados, a aprovação da Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 29/03, chamada PEC da Responsabilidade Social. De autoria da senadora Lúcia Vânia, a proposta garante a continuidade da política social, independentemente das mudanças de governo.

– As políticas sociais não podem estar sujeitas a mudanças tempestivas de acordo com o governante em exercício, com o uso de medidas provisórias, por exemplo; essa é uma das razões por que é necessária uma emenda

da constitucional – argumentou Lúcia Vânia.

Ao manifestar apoio ao projeto da senadora, Suplicy defendeu sua política de renda mínima e informou que o governo Lula já assegura esse benefício para mais de 8 milhões de brasileiros. Ele ressaltou o avanço do programa Bolsa-Família, que beneficiará de forma direta um quarto da população brasileira até julho de 2006.

A PEC, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, dá nova redação ao artigo 193 da Constituição federal, que trata da ordem social.

Eduardo Suplicy homenageia o Corinthians

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou o Corinthians, time vencedor do Campeonato Brasileiro, que foi recebido ontem pelo presidente Lula.

Suplicy lembrou que o presidente, em conversa recente com o presidente argentino Nestor Kirchner, disse que o jogador Carlos Tevez,

atualmente no Corinthians, está exercendo um papel importante na integração entre Brasil e Argentina. O parlamentar compartilhou da opinião, afirmando que a admiração e o respeito dos brasileiros pelo jogador estão contribuindo para um melhor entrosamento com os argentinos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Sessão celebra 30 anos do Instituto Jacques Maritain

O Plenário promove, às 11h, sessão especial para comemorar o 30º aniversário do Instituto Internacional Jacques Maritain, entidade cultural que reúne intelectuais. A celebração é uma iniciativa do senador Marco Maciel (PFL-PE) e conta com a presença do presidente do instituto no Brasil, Alceu Amoroso Lima Filho. Às 14h, a sessão é destinada à análise da medida provisória que liberou recursos aos ministérios da Previdência e da Saúde (MP 261/05).



Pizzolato volta à CPI dos Correios

Responsabilizado pelos parlamentares pela manobra que desviou R\$ 10 milhões da Visanet para o esquema de Marcos Valério, o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato (foto) depõe novamente na CPI dos Correios, às 11h. Também vai responder sobre as fraudes encontradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas auditorias. Quando esteve no Congresso pela primeira vez, Pizzolato negou as denúncias feitas contra ele.

Dono de avião que teria transportado dólares cubanos fala à CPI

A CPI dos Bingos ouve (depois da reunião da CCJ, às 9h30, na mesma sala) José Roberto Colnaghi, dono do avião que teria transportado dólares doados por Cuba ao PT. Está previsto ainda o depoimento de

Roberto Carlos Kurzwel, que também estaria envolvido com essa questão. Ele apresentou atestado médico por causa de um dedo quebrado, mas os senadores alegaram que isso não o impede de comparecer à CPI.

Comissão apresenta parecer sobre corrupção em Rondônia

A Comissão Especial que investigou denúncias de corrupção em Rondônia apresenta o relatório final dos trabalhos. O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), já anunciou que é favorável a uma intervenção no

estado, uma vez que um grande número de integrantes da Câmara Legislativa estaria envolvido em esquema de cobrança de propina em troca de apoio ao governador de Rondônia, Ivo Cassol.

CDH discute relatório sobre desigualdade

A Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH) reúne-se às 10h para discutir o relatório da ONG Social Watch/Observatório da Cidadania sobre o Brasil, que avaliou as desigualdades sociais de 163 países. Estão convidados para a audiência a coordenadora do relatório, Fernanda Lopes Carvalho, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, e o professor de Ciência Política Paulo Sérgio Pinheiro.



Terras improdutivas

Às 9h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) discute os critérios para definir uma propriedade como produtiva ou improdutiva. Participam do debate membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Agenda do presidente

Renan Calheiros recebe o ministro Marcos Vilaça, do TCU, às 10h50; às 12h, instala Comissão do Salário Mínimo; às 14h, vai à solenidade da Medalha do Mérito Legislativo; às 15h, se encontra com o defensor público-geral da União e, às 15h30, com o diretor da Associação dos Transportadores Ferroviários.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Papaléo Paes, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho e Romeu Tuma

Geraldo Magela



Renan Calheiros (C) promete levar à Presidência da República lista com os indicados à diretoria da Ancine

Cinema busca apoio para candidatos à diretoria da Ancine

Representando os setores de cinema e audiovisual, o presidente do Sindicato da Indústria Cinematográfica do Estado de São Paulo, André Sturm, conseguiu ontem o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, a uma lista de candidatos para a vaga na diretoria da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Eles são funcionários da própria Ancine e Renan comprometeu-se a levar o pleito ao presidente da República.

– Entendemos ser importante para o equilíbrio dessa diretoria que o nome a ser indicado seja de um técnico com trânsito nos diversos setores da atividade, com experiência na gestão pública das questões do audiovisual e conhecimento do mercado – assinalou Sturm.

Os indicados para o cargo são: Luiz Fernando Noel, superintendente de área na Ancine, com passagem pela Embrafilme e Rio Filmes; Ruth Albuquerque, as-

sessora de um dos diretores, que trabalhou na Embrafilme e pelo Concine; e Vera Zaveruscha, assessora da presidência da Ancine, com passagem pela Embrafilme, Fundação do Cinema Brasileiro e Ministério da Cultura.

A lista já havia sido entregue ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, e ainda passará pelo crivo do Gabinete Civil da Presidência da República. O candidato escolhido deverá ser sabatinado pela Comissão de Educação do Senado.

Moreira Mariz



Nelson Ribeiro: "Não queremos fechar a Amazônia a estrangeiros, mas não vamos ser excluídos dos estudos que querem fazer aqui"

Senado lança livro com pesquisa sistematizada sobre a Amazônia

Foi lançado ontem o livro *Questão geopolítica da Amazônia*, uma pesquisa sistematizada pelo professor Nelson de Figueiredo Ribeiro e publicada pelo Conselho Editorial do Senado. Estiveram presentes ao evento os senadores Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Agripino Maia (PFL-RN), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Edison Lobão (PFL-MA), o embaixador Tarso Flecha de Lima e várias autoridades.

Para o autor, o livro resgata dívida com a Amazônia, região onde nasceu e que estuda desde 1954.

Arthur Virgílio disse que, como o professor Nelson Ribeiro, seu objetivo político é transformar a Amazônia num debate nacional. Para ele, é preciso que os brasileiros tenham uma opinião muito clara a respeito da região.

Indicação de Mauro Barbosa para o Dnit vai ao Plenário

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a indicação, feita pelo Executivo, do nome do engenheiro Mauro Barbosa da Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A mensagem depende ainda de votação em Plenário. Órgão executor do Ministério dos Transportes, o Dnit é responsável por desempenhar as funções relativas à construção, manutenção e operação da infra-estrutura do Sistema Federal de Viação sob administração direta da União.

Segundo Mauro Barbosa, o departamento já empenhou, no decorrer de 2005, R\$ 4,1 bilhões, dos R\$ 4,5 bilhões de recursos orçamentários de que dispõe. Ele não soube dizer que percentagem desses recursos está, realmente, em fase operacional.

– O Dnit é, por definição, um órgão executor de uma política elaborada pelo Ministério dos Transportes. Em minha gestão, a prioridade será colocar as máquinas na pista – garantiu Barbosa.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) quis saber as dificuldades para se harmonizar o desenvolvimento e reparação das rodovias com a proteção ao meio ambiente. Barbosa reconheceu serem “ciclópicas” as dificuldades a vencer, porque grande parte das estradas do Brasil foi construída numa época em que as preocupações com o meio ambiente praticamente não existiam.



Jereissati (centro), ao lado de Walfrido dos Mares Guia, dirige debate promovido pela CDR

Ministro defende em audiência a flexibilização de visto para turista

A desburocratização do processo de concessão de vistos para entrada de turistas no Brasil foi defendida ontem pelo ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, em audiência promovida pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Ele afirmou que as dificuldades enfrentadas por turistas na obtenção de vistos têm colaborado para obstruir a vinda de estrangeiros ao país. Advertiu que isso impede a geração de milhares

de postos de trabalho.

Luiz Paulo Teles Barreto, secretário-executivo do Ministério da Justiça, também se manifestou a favor da flexibilização da Lei 6.815 de 1980, que define a situação do estrangeiro no Brasil. Já o representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), embaixador Manoel Gomes Pereira, reconheceu que a legislação que trata da concessão de vistos impõe obstáculos ao desenvolvimento do turismo no país.

PEC que garante licença-maternidade em caso de adoção é um dos projetos que aguardam liberação da ordem do dia

Falta de acordo adia para hoje votação de MP que tranca pauta

A falta de acordo de lideranças levou o presidente do Senado, Renan Calheiros, a adiar para hoje a votação do projeto de lei de conversão da medida provisória que abre crédito para os ministérios da Previdência Social, da Saúde e encargos financeiros da União, no valor de R\$ 2,13 bilhões. O texto aprovado pela Câmara excluiu, do montante, R\$ 1,2 bilhão, destinados ao Bolsa-Família. A pauta está trancada pela proposição desde o último dia 29.

Durante a sessão, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), criticou a edição da medida provisória (MP 261/05). A seu ver, parte dos recursos serviria apenas para contabilizar a verba já gasta pelo governo federal no

Bolsa-Família como parte da cota mínima para saúde, imposta pela Constituição.

Caso o projeto de conversão (PLV 31/05) seja apreciado hoje, os senadores poderão votar, em segundo turno, três propostas de emenda à Constituição: a que concede licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção (PEC 31/00); a que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) até o exercício de 2016 (PEC 29/02); e a que aumenta a extensão das áreas passíveis de serem transferidas por usucapião especial nas cidades com população inferior a 300 mil habitantes (PEC 9/03).

Ideli homenageia jornalista da Rádio Senado

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) homenageou ontem, em discurso no Plenário, a jornalista Nara Ferreira, da Rádio Senado, que recebeu a medalha de prata do prêmio Ricardo Ortega

Memorial Prize for Broadcast Journalism, da Associação de Jornalistas Correspondentes das Nações Unidas (ONU). A premiação foi anunciada na sexta-feira, com a presença do

secretário-geral da organização, Kofi Annan.

A jornalista produziu o programa *Os 60 anos da Carta das Nações Unidas*, veiculado no último dia 26 de junho pela

Rádio Senado. Com duração de 37 minutos, o programa conta a história da ONU a partir dos maiores desafios enfrentados pelo organismo, com depoimentos de vários senadores.

Parlamentares sugerem continuidade das investigações para identificar beneficiários de operações "engenhosas e bem-montadas"

Fundos perderam R\$ 730 milhões, diz relatório

Entre os anos de 2000 e 2005, os 14 fundos de pensão investigados pela CPI dos Correios tiveram prejuízos da ordem de R\$ 730 milhões. O mais atingido foi a Prece (da Companhia de Água e Esgotos do Rio de Janeiro), com perdas que chegam a R\$ 309 milhões. Os dados estão no relatório apresentado ontem pelo sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

Além da Prece, chamam a atenção os prejuízos dos fundos de pensão Sistel (R\$ 153 milhões); Funcef, da Caixa Econômica Federal (R\$ 50 milhões); Postalís, dos Correios (R\$ 41,9 milhões); e Petros, da Petrobras (R\$ 64,8 milhões).

– Os fundos foram usados para arrecadar e trazer dinheiro para as mãos daqueles que não tinham qualquer tipo de relação com os fundos ou não são beneficiários deles – afirmou o relator adjunto da CPI, deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ).

No relatório, três pessoas físicas foram identificadas como beneficiárias desses recursos: José Carlos Batista, empresário que tem 1% das cotas da Guaranhuns, sacadora das contas do empresário Marcos Valério e citada por ele como a em-

presa que repassava recursos para o PL; Christian de Almeida Rego, filho de Haroldo de Almeida Rego Filho, conhecido no ramo dos fundos de pensão como Pororoca; e Cristiano Costa Beber.

As outras dez corretoras que deram prejuízos superiores a R\$ 1 milhão são: Laeta DTVM, Novinvest, Cruzeiro do Sul, Fator Doria Atherino, Bônus-Banval, São Paulo, Click Trade, Planner, Socopa e Walpires.

– Todos esses prejuízos saíram de operações realizadas no mesmo dia, atípicas e com claro objetivo de causar prejuízo para os fundos e trazer algum benefício para agente privado, corretora ou pessoa física – explicou Eduardo Paes.

O deputado disse também que, apesar de os fundos de pensão virem apresentando prejuízos desde 2000, as conexões com o que chamou de valerioduto só surgiram em 2003.

– De um lado, existe um conjunto de operações que dão prejuízo, o que mostra que isso vem acontecendo há algum tempo. Mas é clara uma conexão com o valerioduto, na medida em que diversas corretoras envolvidas com o esquema e várias pessoas físicas e operadores do mercado financeiro aparecem na construção desses prejuízos



ACM Neto (E) apresenta relatório ao lado de Osmar Serraglio, Delcídio Amaral e Eduardo Paes

aos fundos de pensão – assinalou Eduardo Paes.

De acordo com o parlamentar, as operações financeiras foram engenhosas e bem montadas e,

sem a quebra de sigilo, fica difícil visualizar sua montagem, uma vez que elas foram feitas em apenas um dia, com muitas operações de compra e venda de ações.

CPI encontrou "operações atípicas" feitas por corretoras de valores

O sub-relator de Fundos de Pensão da CPI dos Correios, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), informou ter sido impedido por decisão judicial de tornar públicos os números oriundos de quebra de sigilo bancário e fiscal de corretoras de valores. O deputado, no entanto, contou que a investigação identificou operações atípicas que resultaram em perdas expressivas para os fundos de pensão.

Em entrevista coletiva ontem, Antonio Carlos afirmou haver recorrência de operações no mercado financeiro em que determinadas corretoras geravam em um mesmo dia para os fundos de pensão os piores resultados e para uma mesma pessoa ou empresa todas as operações bem-sucedidas. Os especialistas da CPI estão estudando os 50 maiores beneficiários desse esquema. A perda acumulada em 14 fundos de pensão entre 2000 e 2005 por operações nesse padrão

teria chegado a aproximadamente R\$ 730 milhões.

ACM Neto destacou que só foram analisadas as operações com valores expressivos. De acordo com o deputado, perder e ganhar ao longo do dia é comum para quem investe no mercado financeiro, mas perder sempre chama atenção. O sub-relator disse que o próximo passo será realizar oitivas com os beneficiados dessas operações para identificar responsáveis. As convocações devem ser votadas na reunião de hoje na CPI.

Antonio Carlos Magalhães Neto ressaltou que os bancos BMG e Rural – cujo suposto envolvimento no esquema conhecido como valerioduto deu origem às investigações da comissão de inquérito sobre fundos de pensão – não aparecem na análise, mas as investigações estão em curso e os técnicos ainda não começaram a averiguar a evolução dos investimentos desses bancos nos fundos.



Para Ideli Salvatti, relatório concentra foco no período de governo petista

Ideli Salvatti vê partidização nas investigações

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) acredita que houve partidização nas investigações que resultaram no relatório do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) sobre fundos de pensão, apresentado ontem na CPI dos Correios. Para a senadora, houve foco no período de governo petista e um "olhar político" na confecção do texto.

Ideli destacou que os dois fundos de pensão responsáveis por

mais de dois terços das operações consideradas atípicas pelo relator são do estado do Rio de Janeiro (Prece e Sistel), não tendo portanto conexão com o objeto de investigação da CPI. Ela lembrou ainda que as operações, que geraram perda de R\$ 730 milhões para 14 fundos de pensão, podem ser resultado de má-fé, mas também de imperícia ou coincidência.

A senadora disse que a análise feita por ACM Neto selecionou dois contratos feitos pelos fundos com as empresas Trevisan e Globalprev por referirem-se ao período do governo do PT. O contrato com a Trevisan é de R\$ 132 mil, enquanto o deputado teria deixado de analisar um contrato de R\$ 2 milhões com uma empresa de limpeza datado de 2000, destacou a senadora.

O deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) argumentou que a investigação encontrou conexões entre as operações suspeitas feitas pelas corretoras para os fundos de pensão e pessoas ligadas ao valerioduto – suposto esquema de captação de recursos coordenado pelo empresário Marcos Valério.



Eduardo Siqueira Campos diz que homem preso por tráfico de cocaína foi expulso do PSDB

Eduardo diz que não apoiou traficante

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) negou que ele ou seu pai, o ex-governador Siqueira Campos, tenham dado apoio político à campanha para prefeito de Tupiratins (TO) pela coligação PSDB/PMDB/PT, em 2004, de Misilvan Chavier dos Santos, preso pela Polícia Federal por trazer 500 quilos de cocaína da Colômbia em um avião. O parlamentar informou ainda que, assim que foi noticiada a apreensão do avião, o PSDB do Tocantins expulsou Misilvan do partido.



Almeida Lima propõe a realização de plebiscito sobre a necessidade de elaborar nova Constituição

Almeida Lima quer nova Constituinte

Almeida Lima (PMDB-SE) disse ontem que apresentou proposta de realização de plebiscito em 1º de outubro de 2006, para consultar a população sobre a necessidade de uma nova Constituição. Caso o projeto seja aprovado, a eleição dos parlamentares constituintes seria em 5 de outubro de 2008 e a instalação em 1º de novembro do mesmo ano. Os trabalhos seriam concluídos em fevereiro de 2010.

Para o senador, a realidade complexa nacional vem reivindicando uma nova Constituição.



ACM acredita que governo expôs pagamento do PT à Coteminas em represália a José Alencar

ACM: denúncia é retaliação por críticas aos juros

Pode ter sido uma represália do governo contra o vice-presidente José Alencar, por suas críticas à política de juros, a denúncia de que a Coteminas teria recebido R\$ 1 milhão do PT em dinheiro não contabilizado. A hipótese foi levantada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

– Será que o presidente Lula quer desmoralizar o seu vice? – questionou.

O senador também criticou o fato de a mulher do presidente, Marisa Letícia, ter passaporte italiano.



Jefferson Péres alerta: há R\$ 156 milhões para publicidade no projeto do Orçamento

Jefferson vê risco de novo "valerioduto"

Jefferson Péres (PDT-AM) alertou para distorção no projeto do Orçamento para 2006 enviado pelo presidente da República ao Congresso, em que, segundo o senador, estão alocados R\$ 156 milhões para publicidade – recursos 46,5% maiores que os gastos em 2004.

– Já vimos que as agências de publicidade financiam campanhas eleitorais. Isso não pode passar pela Comissão de Orçamento; são R\$ 156 milhões que poderão alimentar um novo valerioduto – assinou o parlamentar.

Filiada ao PSDB e secretária da prefeitura de São Paulo, Mara Gabrilli afirma que presidente da República recebeu em 2003 informações sobre esquema que alimentaria caixa dois do PT

Jornalista diz que denunciou a Lula corrupção em Santo André

Em depoimento à CPI dos Bingos, a jornalista Mara Gabrilli acusou o presidente Lula de não ter tomado providências para combater a corrupção na prefeitura de Santo André (SP), da qual ele teria sabido por seu intermediário.

Mara Gabrilli disse que procurou Lula em março de 2003 e que, na presença da primeira-dama e de assessores, relatou todo o esquema de corrupção que envolvia extorsão e pagamento de propina por parte de empresários. Diante do agravamento da corrupção e da morte do prefeito Celso Daniel, assassinado em 2002, Mara chegou a pedir ao presidente Lula intervenção federal no município.

– O presidente não ficou surpreso com as denúncias, ao mesmo tempo em que me dirigia perguntas como se não soubesse da corrupção em Santo André – afirmou ela.

A jornalista – filiada ao PSDB e secretária especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da prefeitura de São Paulo – lembrou ainda que, na saída do encontro, ocorrido no apartamento do presidente em São Bernardo do Campo (SP), assessores de Lula pediram a ela para



Efraim Morais ouve depoimento de Mara, que considerou "exemplo de sinceridade e coragem"

não comentar com a imprensa o teor da conversa, o que teria feito.

O senador Tião Viana (PT-AC) garantiu que o presidente Lula "cumpriu o compromisso assumido" e determinou à prefeitura a apuração das denúncias. Quanto à intervenção federal em Santo André, solicitada por Mara, Tião Viana explicou que a medida é vedada pela Constituição.

Mara acusou o ex-secretário de Serviços Municipais de Santo André Klinger Luiz de Oliveira de, com

apoio dos empresários Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva (o Sombra), comandar o esquema de corrupção, cuja arrecadação era destinada ao caixa dois do PT.

O presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), disse à imprensa que a jornalista "foi um exemplo de sinceridade e coragem", no que foi apoiado pelo senador José Agripino (RN), líder do PFL, que destacou a credibilidade das informações prestadas pela depoente.

Efraim coloca hoje em votação pedido para convocar Palocci à CPI dos Bingos

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), deve colocar em votação hoje requerimento de convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. A comunicação já foi feita ao ministro, que tentou negociar ontem, sem sucesso, o adiamento da sua vinda ao Senado para o início do próximo ano. Antes, oposição e governo tinham firmado acordo para que o ministro comparecesse à CPI ainda este mês.

Em 22 de novembro, os senadores da CPI acordaram em que Palocci compareceria na qualidade de convidado, e que a data seria acertada por Efraim. Entretanto, as tentativas do presidente e da assessoria da comissão foram infrutíferas, o que obrigou Efraim a marcar a data da votação do requerimento de sua autoria que convoca o ministro.

O relator do colegiado, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), defendeu a votação do requerimento.

– O ministro não virá mais à CPI a convite – confirmou Garibaldi.

Palocci deverá comparecer à CPI dos Bingos para falar a respeito de denúncias sobre um suposto esquema de cobrança de propina de empresas de Ribeirão Preto (SP) durante sua gestão na prefeitura daquele município. Tais recursos teriam sido usados para formação de caixa dois do PT destinado a financiar campanhas eleitorais do partido.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) aplaudiu a decisão do presidente da CPI. Para ele, Efraim estava apenas cumprindo o que foi acertado entre governo e oposição. Jefferson alertou que, se o ministro não se sair bem na comissão, "ele poderá chutar o pau da barraca e deixar o governo". Se isso ocorrer, observou o senador, "a austeridade fiscal poderá dar lugar à ganância pública". Jefferson defendeu, no entanto, a presença de Palocci na CPI já que, a seu ver, "pesam sobre os ombros dele" sérias denúncias de corrupção na época em que era prefeito de Ribeirão Preto, e que precisam, portanto, ser esclarecidas.

Médicos rejeitam alegação de intimado para não comparecer

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), informou que o atestado médico enviado por Roberto Carlos da Silva Kurzweil não justifica que o depoimento do empresário seja adiado. O atestado foi remetido por Efraim para análise de junta médica do Senado, que concluiu que a patologia alegada pelo convocado (fratura no hálux, ou seja, quebrou o dedo do pé) não impede que ele preste depoimento. Dessa forma, depõem hoje na comissão Kurzweil e o também empresário José Roberto Colnaghi.

Kurzweil e Colnaghi foram citados em reportagem da revista *Veja* como participantes do transporte de dólares supostamente doados pelo governo cubano a campanhas do PT. Ambos aparecem ainda em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* como tendo sido beneficiados com linhas de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em seus negócios em Angola.



Para Magno Malta, qualquer argumento a favor de crime comum é insulto à inteligência

Complô matou prefeito, afirma Magno Malta

Magno Malta (PL-ES) disse estar convencido de que o prefeito de Santo André, Celso Daniel, morto em 2002, "foi vítima de armação de pessoas ávidas de poder e dinheiro".

Depois de examinar cinco pastas sobre a investigação do crime, o senador afirmou que os documentos comprovam a tese de que houve um complô para sua morte.

– Qualquer argumento a favor da tese de crime comum é contra a inteligência do povo de Santo André e do Brasil – afirmou.



Heloísa Helena acusa governo de liberar recursos a parlamentares com objetivos eleitorais

"Liberação de emenda é outro mensalão"

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou a forma de liberação de recursos para as emendas dos parlamentares ao Orçamento anual. Ela afirmou que, depois de três anos de arrocho fiscal, o governo agora escolhe quais emendas deseja liberar e promove uma "libertinagem financeira" com fins eleitorais.

– Emenda parlamentar é outra forma de "mensalão" – classificou, dizendo que os deputados e senadores que votam a favor do governo têm mais recursos liberados do que os outros.



Bornhausen cita esforço do partido para implantar as comissões de inquérito

Bornhausen diz que PFL está se modernizando

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), afirmou ontem, ao discursar em Plenário, que seu partido está se modernizando e que 2005 está sendo o ano de sua refundação. Ele destacou que, no próximo dia 21 de janeiro, o PFL completará 21 anos, “alcançando sua maioridade”.

Bornhausen comentou algumas das posições que o partido vem adotando, em seu papel de oposição ao governo do presidente Lula. Ele citou o esforço realizado para que fossem instaladas as comissões parlamentares de inquérito no Congresso, em especial a CPI dos Bingos, como exemplo de ação do partido.



Heráclito informa que escolha dos candidatos ficou para início de 2006

Heráclito anuncia PFL e PSDB juntos nas eleições no PI

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que o PFL e o PSDB decidiram “caminhar juntos” nas eleições de 2006 no Piauí e que a escolha dos candidatos a governador e a senador só ocorrerá no início do próximo ano. O senador comunicou que as lideranças nacionais do PFL participaram, na segunda-feira, de encontro em Teresina. Estiveram na reunião o presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen (SC), os senadores José Agripino (RN), José Jorge (PE) e Marco Maciel (PE), o prefeito César Maia, do Rio, os deputados federais e estaduais do partido no Piauí, além de prefeitos e cerca de 1.500 militantes.

Queda de 30,5% na devastação da região foi elogiada por Sibá Machado. Osmar Dias atribui aos governos federal e estadual culpa pela crise da pecuária no Paraná

Sibá comemora queda no índice de desmatamento na Amazônia

O senador Sibá Machado (PT-AC) comemorou os dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente na segunda-feira, segundo os quais o desmatamento na Amazônia caiu 30,5% em 2004/2005, na comparação com o biênio anterior. Para ele, a queda, constatada em levantamento de satélite feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), é resultado de políticas adotadas pela ministra Marina Silva e implementadas por diversos órgãos públicos, como o próprio Ministério do Meio Ambiente, a Polícia Federal e o Ministério Público.

– A redução do desmatamento é o coroamento de três anos de trabalho intensivo do governo federal, que fez o desmata-



Sibá afirma que pela primeira vez desde 1997 a área desmatada foi reduzida

mento na Amazônia cair pela primeira vez desde 1997. A área desmatada foi reduzida de 27,2 quilômetros quadrados, entre 2003/2004, para 18,9, entre 2004/2005. É a primeira vez, em 17 anos de monitoramento, que

o governo apresenta os dados sobre desmatamento no mesmo ano em que eles ocorrem – assinalou o senador.

Sibá atribuiu a queda às ações de comando, controle e repressão combinadas a outras de ordenamento fundiário e territorial e criação de áreas protegidas. Para ele, no entanto, é necessária a implementação de uma agenda de desenvolvimento sustentável, que ajude a economia local.

Em aparte, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) festejou a queda no índice de desmatamento e elogiou a política de financiamento de agricultura familiar do governo federal, frisando sua importância como propulsora do desenvolvimento da região.

Osmar Dias culpa governo federal por crise no Paraná

Osmar Dias (PDT-PR) manifestou sua preocupação com a crise que vem enfrentando o setor de carnes no Paraná e responsabilizou o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do estado pelo problema. Segundo informou, o anúncio precipitado de autoridades sanitárias federais e estaduais sobre um suposto foco de febre aftosa teria levado produtores de carnes bovina, suína e de frango a amargar redução nas vendas e provocado demissões nos frigoríficos.

– O Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do estado deveriam informar às entidades internacionais que não existe aftosa no Paraná, declarar



Osmar destaca que anúncio precipitado causou problemas na pecuária do estado

novamente o estado como zona livre da aftosa e vacinar os rebanhos das áreas anunciadas como foco da doença – recomendou.

O parlamentar classificou como gravíssimo o teor de nota técnica do Ministério da Agricultura

sobre o assunto, lida ontem em Plenário, que acusa a Secretaria de Agricultura do Paraná de colher 548 amostras de sangue de animais e encaminhá-las a um laboratório estadual sem credenciamento para fazer o teste da aftosa.

– Isso é crime de responsabilidade e depõe contra a política de controle de erradicação dessas doenças no país – protestou.

Como o procedimento adotado pelo Paraná contraria o utilizado em Mato Grosso do Sul, o Ministério da Agricultura teria advertido, na nota técnica, que a iniciativa causa prejuízos ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.

Gilberto Goellner defende uso de biocombustíveis

Gilberto Goellner (PFL-MT) anunciou ontem que vai apresentar projeto de lei para autorizar o uso de combustíveis vegetais nas máquinas utilizadas nas várias etapas de produção, transporte e beneficiamento de produtos agrícolas. Para o senador, o uso de óleos de origem vegetal nesses equipamentos pode ajudar a baratear os custos



Gilberto Goellner observa que mudanças permitiriam redução de gases poluentes

de produção.

Segundo Gilberto Goellner, a proposta que pretende apresentar também poderá incrementar o mercado de óleos vegetais. O parlamentar defendeu a ampliação do uso de combustíveis de

origem vegetal argumentando que a iniciativa pode reduzir os gastos do Brasil com a importação de óleo diesel e petróleo. Outras vantagens seriam a redução nas emissões de gases poluentes e o incentivo às pesquisas científicas.

O representante de Mato Grosso sustentou também que, para reduzir os custos do uso dos combustíveis vegetais, a comercialização desses óleos seja feita nas mesmas regiões onde ocorre a sua produção. Os gastos com distribuição e transporte seriam então menores.



César Borges informa que seu estado representa 30% da população nordestina

César Borges: governo Lula não investe na Bahia

Ao destacar a importância do estado da Bahia para a economia da região Nordeste, o senador César Borges (PFL-BA) afirmou ontem, em discurso feito no Plenário, que o governo federal tem tratado o estado com descaso. Ele disse que o povo baiano está “frustrado e revoltado” com o governo Lula.

César Borges informou que a Bahia representa 30% da população do Nordeste, 35% do produto interno bruto (PIB) da região, 50% da produção industrial e 55% das exportações.

– De cada três baianos, dois votaram em Lula no segundo turno – afirmou o senador.



Paim salienta que ex-presidente teria buscado a verdadeira democracia social

Paim registra os 29 anos da morte de João Goulart

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem o 29º aniversário da morte do ex-presidente e líder trabalhista João Melchior Marques Goulart, o Jango, único presidente a morrer no exílio, na Argentina, em 1976.

Paim salientou que Jango morreu fora de sua pátria por seus acertos e não pelos erros, na tentativa de conseguir um Brasil mais justo e socialmente mais digno. Ele teria buscado implantar a verdadeira democracia social, por meio das reformas de base.

O parlamentar lembrou que, quando Jango assumiu, em 1961, o país vivia uma grave crise política, militar e econômica.



Projeto de Luiz Otávio (E), ao lado de Tuma e Raupp, beneficia unidades da Federação

Estados e municípios devem ter maior prazo para comprovar regularidade

Estados, Distrito Federal e municípios poderão ter mais tempo para se adaptar às exigências do novo Cadastro Único de Convênio (Cauc), implantado pela Secretaria Nacional do Tesouro (STN), que também se destina a comprovar situação de regularidade para efeito de contratação de empréstimos que exigem prévia deliberação do Senado. O novo sistema de controle foi introduzido em outubro último, mas provocou reação por parte de municípios e estados.

Na reunião de ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer do senador César Borges (PFL-BA) favorável a projeto do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) visando permitir que a verificação de regularidade, nos termos do Cauc, passem a valer somente a partir de 1º de junho do próximo ano.

Com a adoção do novo prazo, ganhará eficácia a definição de que as unidades da Federação e os municípios são entes públicos

compostos pela administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais. Isso significa que, no exame, pelos senadores, de pedido de empréstimo pleiteado por um estado, a comprovação de adimplência abrangerá a totalidade dos órgãos da sua administração.

– Apesar dos esforços para aperfeiçoar e modernizar a administração financeira, muitos entes ainda não têm controle integral e tempestivo sobre toda a máquina pública e, portanto, serão inevitavelmente postos em situação de inadimplência sempre que houver débito, mesmo que irrisório, em qualquer órgão do governo – argumenta César Borges em seu parecer.

O projeto de resolução seguiu procedimento adotado pela própria Secretaria do Tesouro Nacional, que adiou para 1º de junho o início de vigência do novo cadastro, criado para atender a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Marta pode esclarecer aditivo a contrato

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu oferecer nova oportunidade para que a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy apresente pessoalmente esclarecimentos sobre aditivo a contrato realizado em sua gestão, relativo ao Programa Nacional de Iluminação Pública (ReLuz). Sem prévia autorização do Ministério da Fazenda e do Senado, a medida feriu dispositivos legais, e, em tese, pode configurar crime, conforme parecer do presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Marta recusou a primeira solicitação, encaminhada em novembro. Optou por enviar os esclarecimentos via correspondência. Partiu de Eduardo Suplicy (PT-SP) a proposta do novo convite, que adiou a votação do parecer.

CAE acolhe empréstimo para meio ambiente

Pedido do Executivo para contratação de empréstimo externo no valor de US\$ 8 milhões, com o Banco Mundial, destinado a financiar ações no âmbito do Ministério do Meio Ambiente obteve, ontem, parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria vai ao Plenário.

A comissão também aprovou a realização de audiência pública para debater uma proposta destinada a estimular o emprego de trabalhadores com mais de 40 anos. Foi adiada para a próxima semana a decisão da CAE sobre projeto que amplia de 50% para 70% a margem de acesso dos estados aos recursos relativos aos depósitos judiciais e extrajudiciais, mesmo limite válido para os municípios.

Comissão de Educação aprova parecer favorável a projeto de Paulo Paim que assegura a aplicação, no setor, de pelo menos 30% das verbas oriundas do fundo

Proposta destina à educação básica mais recursos do Fust

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que determina a aplicação de pelo menos 30% dos recursos destinados ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) em educação básica recebeu ontem parecer favorável na Comissão de Educação (CE). A proposta, que aumenta o percentual atualmente definido em 18% pela lei que instituiu o fundo, vai agora à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para votação terminativa.

O relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que foi ministro da Educação do atual governo, informou que grande parte do investimento federal em educação destina-se ao nível superior. Na sua opinião, "a educação básica é indispensável para a transformação do país em uma nação integrada".

– Sem computador, uma escola de hoje é igual a uma escola de anos atrás sem quadro-negro. Até mesmo a educação superior não terá qualidade se a educação

básica não tiver.

Por sua vez, Paim destacou que educação em geral é uma questão que preocupa todos os senadores. Segundo ele, a área educacional avançou muito em decorrência dos projetos aprovados no Senado.

Marcelo Crivella (PMR-RJ) sugeriu a elaboração de proposta vedando o bloqueio dos investimentos previstos para o setor, no Orçamento da União.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) argumentou que projetos que beneficiem a área educacional

deveriam ter caráter impositivo para evitar que as escolas, especialmente as periféricas, não sejam atendidas. Romeu Tuma (PFL-SP) disse que investimentos na educação básica podem colaborar para a diminuição da violência e da criminalidade.

A CE também aprovou requerimento de Cristovam Buarque para realização de audiência pública com a finalidade de instruir o PLS 473/03, que dispõe sobre estágios de estudantes de instituições de níveis superior e médio e de ensino profissionalizante.



Senadores da CE defendem ampliação de verbas para os ensinos fundamental e médio

Passo Fundo pode se tornar capital da literatura

A cidade gaúcha de Passo Fundo poderá tornar-se a Capital Nacional da Literatura. Projeto com essa finalidade, de autoria do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) e relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE), e agora vai ao Plenário.

Paim explicou que a cidade sedia, a cada dois anos, a Jornada Nacional de Literatura, promovida pela Universidade de Passo Fundo e pela prefeitura. A iniciativa, disse, "constitui-se numa intensa movimentação cultural em prol da formação de leitores, pois, nos cinco meses anteriores, período denominado pré-jornada, é feito um trabalho de divulgação das obras dos autores convidados".

Ele informou que durante o evento ocorrem debates, conferências, cursos, shows musicais, espetáculos teatrais, exposições de arte e outras manifestações.

Aprovadas datas para conscientizar sobre esclerose múltipla e catapora

O mês de agosto poderá ter duas novas datas oficiais para conscientização sobre doenças graves, conforme projetos aprovados ontem pela Comissão de Educação. O Dia Nacional de Prevenção da Catapora, em 5 de agosto, servirá para alertar a população sobre a importância da vacinação contra a doença. Já o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Múltipla, em 30 de agosto, deverá ser adotado para facilitar a divulgação de campanhas sobre a moléstia.

O Projeto de Lei 352/05, que cria o Dia Nacional de Prevenção da Catapora, é do senador José Jorge (PFL-PE) e foi aprovado em decisão terminativa. A doença é infecciosa e altamente contagiosa e pode acarretar complicações ou levar à morte, principalmente no caso de recém-nascidos, mulheres grávidas e fumantes. O senador adverte que, apesar da gravidade da doença, a vacina que existe

desde 1975 ainda não foi incluída no Calendário Oficial de Vacinação devido ao alto custo.

Já o PLC 96/05, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Múltipla, é de autoria do deputado Celso Russomano (PP-SP). Ele explica em sua justificativa que a esclerose múltipla é uma doença neurológica, de causa desconhecida e ainda sem cura, "caracterizada por grave lesão do sistema nervoso central, que interfere na transmissão dos impulsos nervosos, dificultando o controle de diversas funções orgânicas, como a visão, a locomoção e, em particular, as funções fisiológicas. Para o relator, senador Augusto Botelho (PDT-RR), o projeto é bastante oportuno.

A comissão também aprovou o PLC 92/05, do deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), que denomina Rodovia Governador José Richa o trecho da BR-476 entre Adrianópolis e Curitiba, no Paraná.

"Governo que levou dois anos e meio para elaborar a proposta quer agora que o Congresso a aprove em apenas uma semana", afirma o senador

José Jorge diz que não há tempo para aprovar o Fundeb este ano

José Jorge afirmou ontem que não há prazo para que a proposta de emenda constitucional (PEC 415/05) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) seja aprovada ainda em 2005. Para o senador, ao pedir ao Congresso que aprove a proposta até o fim do ano, o presidente Lula demonstra desconhecimento do processo legislativo ou tenta iludir a população.

No programa semanal de rádio *Café com o Presidente*, Lula afirmou que, se aprovado, o Fundeb destinará mais R\$ 4,3 bilhões anualmente para a educação.

José Jorge explicou que, na



José Jorge: ou Lula desconhece processo legislativo, ou tenta iludir a população

Câmara dos Deputados, a PEC está sendo analisada por uma comissão especial. Se for aprovada nessa comissão, ela passará ainda por dois turnos de votação no

Plenário, precisando receber três quintos dos votos dos deputados. No Senado, a proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seguida, é submetida a dois turnos no Plenário, da mesma forma que na Câmara. Como a PEC chegou ao Congresso em junho e ainda não foi votada pela Câmara, José Jorge disse que não será possível aprová-la este ano.

– O governo levou dois anos e meio para elaborar a proposta e agora quer que o Congresso a aprove em uma semana – afirmou o senador, lembrando que, regimentalmente, restam poucas sessões deliberativas em 2005.

Tebet defende uso do FGTS para pagar mensalidade escolar

Ao discursar em Plenário ontem, Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a liberação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de mensalidades escolares – beneficiando, inclusive, estudantes universitários. O senador citou notícia veiculada na imprensa segundo a qual o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, teria sugerido essa idéia e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, teria convocado o Ministério da Fazenda para discutir o assunto.

Tebet afirmou que “a idéia é antiga”, e que tanto ele como os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Eduardo Azeredo



Segundo Tebet, proposta beneficia também estudantes universitários

(PSDB-MG) já haviam apresentado projetos de lei com o mesmo objetivo. A resistência a sua implementação, argumenta, “está no Ministério da Fazenda, que não quer abrir mão de recursos”.

– Se o FGTS pertence ao trabalhador, por que não permitir que ele aplique o que lhe pertence em sua educação e na de sua família? – questionou Tebet, ao dizer que “muitos estudantes são aprovados no vestibular, mas acabam desistindo da faculdade porque não conseguem pagar as mensalidades”.

O senador lembrou que os recursos do FGTS podem ser sacados quando o trabalhador é demitido sem justa causa, quando falece ou ao adquirir sua casa própria, entre outras possibilidades.

– Ora, se a educação é prioritária, então esse pode ser mais um motivo para que o trabalhador se beneficie com o FGTS – frisou.

Mão Santa vê risco na venda de universidade

Ao comunicar ao Plenário que um grupo educacional norte-americano vai assumir o controle da Universidade Anhembí Morumbi, de São Paulo, segundo noticiou a *Folha de S. Paulo* no último dia 2, Mão Santa (PMDB-PI) alertou para os perigos da transação. Classificando a compra da universidade como “uma molecagem”, o senador frisou que a educação superior do país não pode ficar à mercê de interesses estrangeiros.

– Daqui a pouco vão ensinar



Mão Santa alerta para a entrada de estrangeiros no setor da educação

nas universidades brasileiras que a Amazônia é dos Estados Unidos e seremos obrigados a cantar o hino norte-americano. – advertiu Mão Santa.

Os senadores Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) e Amir Lando (PMDB-RO)

também manifestaram preocupação com a notícia. Salgado defendeu a aprovação de uma lei estabelecendo que empresas estrangeiras só podem adquirir até um determinado limite de ações de universidades brasileiras. Já Amir Lando previu que, se o país perder o controle sobre as universidades, se transformará em uma colônia cultural.

Greve

Mão Santa também reiterou seu apoio aos profissionais das universidades que estão em greve há vários meses. O senador ainda classificou como insuficiente medida provisória que o governo federal está publicando com a intenção de liberar recursos para as universidades.



Protesto alerta consumidores para cópia ilegal de originais praticada no país

500 mil CDs e DVDs piratas são destruídos em frente ao Congresso

Quinhentos mil CDs e DVDs falsificados, recolhidos em todo o Brasil, foram esmagados por um trator com rolo compressor, ontem, em frente à rampa do Congresso, em protesto contra a cópia ilegal de originais. O ato, organizado pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCPC), pelo Fórum Permanente de Entidades Contra a Pirataria e pela Frente Parlamentar de Combate à Pirataria, tem o objetivo de alertar os consumidores para o problema, no Dia Nacional de Combate à Pirataria e Biopirataria, comemorado oficialmente em 3 de dezembro.

Segundo o diretor da Associação Brasileira das Produtoras de Disco, Eduardo Rojo, de janeiro a novembro de 2005 mais de 26 milhões de produtos fonográficos (CDs e DVDs gravados e virgens) foram apreendidos no país. Em

todo o ano de 2004, foram 17 milhões de peças apreendidas.

– O ano de 2005 marcou de forma importante a percepção do governo federal para o problema, por meio da realização de operações conjuntas das polícias Federal e Rodoviária Federal e da Receita Federal nas áreas de fronteira – afirmou Eduardo Rojo.

Para o secretário executivo do CNCPC, Márcio Gonçalves, a meta agora é fazer um trabalho semelhante nos estados e municípios, para fechar os pontos de venda de produtos piratas e orientar o consumidor sobre o combate à falsificação. Segundo Gonçalves, a adoção de medidas repressivas não é suficiente para acabar com o consumo dos piratas.

– Trabalhamos também para aproximar cada vez mais o preço dos produtos originais do praticado pelos piratas – destacou.

Efraim aponta descaso com greve no ensino superior

Efraim Morais (PFL-PB) criticou, ontem, o descaso com que, a seu ver, o governo vem lidando com a greve dos professores das universidades federais, que já dura mais de cem dias. O senador disse não concordar com o fato de o Ministério da Educação ter oferecido aos docentes apenas 9% de reajuste, metade do que é reivindicado.

– O governo Lula abandonou a negociação com os professores em greve, enviando sua proposta de reajuste ao Congresso, à revelia dos docentes – protestou.

Efraim lembrou que, durante a campanha eleitoral, o presidente Lula prometeu que faria da educação sua prioridade. Passados quase três anos desde que o PT começou a governar, no entanto, o cenário que se tem visto, para o senador ele, não é dos melhores.



Efraim diz não concordar com proposta de apenas 9% de reajuste para professores

Emendas

Efraim Morais tratou também de notas publicadas na coluna “Painel”, do jornal *Folha de S. Paulo*, e na coluna do jornalista Arimatéa Souza, do *Jornal da Paraíba*. Elas tratam da distribuição das emendas do Orçamento e afirmam que ele, Efraim, não seria contemplado.

– Não fiz nenhuma emenda para mim e nem costume negociar voto através desse mecanismo. Minhas emendas sempre tiveram como foco o interesse dos municípios paraibanos – defendeu-se.